

HABEAS CORPUS Nº 560.847 - ES (2020/0031080-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GLAUCIO ESPINDOLA GONCALVES
ADVOGADO : GLAUCIO ESPINDOLA GONÇALVES - ES016985
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : DANIEL MARTINS SARDINHA WANDERLEY (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 415-417):

APELAÇÕES - TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO (ARTS. 33 E 35, DA LEI 11.343/2006) - PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E NULIDADE DA SENTENÇA - REJEITADAS - MATERIALIDADES E AUTORIAS DEMONSTRADAS - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PROVA DOS AUTOS - DOSIMETRIA MANTIDA - CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA - NÃO CABIMENTO - REGIME INICIAL SEMIABERTO - SUBSTITUIÇÃO E SUSPENSÃO DA PENA - INVIABILIDADE - JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA - RECURSOS DESPROVIDOS.

[...]

Comprovadas as materialidades e as autorias dos crimes de tráfico de drogas e associação para o narcotráfico imputados aos apelantes por meio dos autos de prisão em flagrante e apreensão, dos laudos de exame de produto farmacêutico, de exame de produto cosmético, de exame da internet e de perícia criminal federa, dos boletins de identificação criminal, do relatório de vigilância policial, dos relatórios da Operação Panaceia, das transcrições das escutas telefônicas, das informações obtidas em site da internet e dos depoimentos colhidos nas fases inquisitiva e judicial, a condenação pela prática destes delitos é medida que se impõe.

Mantém-se as penas-base de todos os réus, embora a sanção básica de alguns deles pudesse ter sido estipulada em importe superior ao fixado na sentença, para não incorrer em reformatio in pejus.

Não obstante incida a atenuante da confissão espontânea (art. 65, inc. III, "d", do CP) para alguns acusados no que se refere ao crime de tráfico de drogas, deixa-se de aplicá-la, ante a limitação prevista pela Súmula 231, do STJ.

[...]

Mantêm-se as sanções pecuniárias, por atenderem ao princípio da proporcionalidade, assim como o regime inicial semiaberto (art. 33, § 2º, alínea "b", do CP), com fulcro nos §§ 2º, do art. 33, do CP, não havendo considerações a serem feitas quanto ao previsto no art. 387, § 20, do CPP, uma vez que os réus permaneceram em liberdade durante a instrução criminal.

Impossibilitada a substituição das reprimendas privativas de liberdade por restritivas de direitos, bem como a suspensão condicional das penas, por não

Superior Tribunal de Justiça

preencherem os acusados os requisitos dos arts. 44 e 77, ambos do CP.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 1200 dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei de Drogas.

Ato seguinte, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual lhe negou provimento.

Apresentou, ainda, revisão criminal, a qual teve o pleito sumário indeferido (fls. 560/564).

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que deveria ser absolvido, tendo em vista que o paciente *FOI PROCESSADO, CONDENADO E ENCONTRA-SE PRESO NO LUGAR DE HAMILTON CORCINO, FILHO DE YEDA MARIA CORCINO DE FREITAS, ERRO JUDICIÁRIO ABSOLUTAMENTE LAMENTÁVEL*.

Afirma, ainda, que *O juízo de piso, ao condenar o Paciente às iras do art. 35, deixou de apontar de forma concreta os elementos que evidenciassem quaisquer vínculos associativos entre o Paciente com os demais réus, inexistindo em verdade os requisitos básicos para a caracterização do referido tipo penal, quais sejam, a estabilidade e a permanência*. Absolvido do crime de associação para o tráfico, seria devida a incidência da causa de diminuição especial do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, bem como o abrandamento do regime inicial e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Por fim, aduz que deveria ser concedida a extensão dos efeitos *do acórdão proferido nos autos da Revisão Criminal nº 0015079-59.2019.8.08.0000 ajuizada pelo corréu Marlon Toledo de Oliveira para suspender liminarmente a execução da sentença penal condenatória até o transitado em julgado da Revisão Criminal nº 0001443-89.2020.8.08.0000 ajuizada pelo Paciente Daniel perante o egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo*.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem constitucional apra que seja suspensa a execução da sentença penal. No mérito, pugna pela suspensão da execução até o trânsito em julgado da revisão criminal ajuizada.

Indeferida a liminar, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório.

DECIDO.

Em consulta ao sítio processual do Tribunal de Justiça do Estado do

Superior Tribunal de Justiça

Espírito Santo, nota-se que foi julgado o pedido de extensão com a concessão do pleito para absolver o paciente do ilícito de associação para o tráfico, além de redimensionar a pena final do crime de tráfico de drogas (fl. 605).

Dessa forma, o presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator